

A hand holding a pair of compasses is the central focus, positioned over a cityscape background. The compasses are held in a way that suggests the act of drawing or measuring. The cityscape includes a prominent skyscraper with a distinctive top, and other buildings are visible in the background. The overall color palette is warm, with shades of orange and yellow, and a large green diagonal shape on the right side.

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços

Atena
Editora
Ano 2019

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-452-8 DOI 10.22533/at.ed.528191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA E SUA INFLUÊNCIA EM RESIDÊNCIAS DE SANTO CRISTO/RS	
Tais Elisa Schmitt Cornelia Kudiess Graciele Hilda Welter	
DOI 10.22533/at.ed.5281910071	
CAPÍTULO 2	11
RESSIGNIFICAÇÃO DA LINGUAGEM COMPOSITIVA	
Rômulo Abraão Lima dos Santos Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5281910072	
CAPÍTULO 3	26
PERMANÊNCIAS E INOVAÇÕES TÉCNICAS E ORNAMENTAIS EM CASAS SENHORIAIS URBANAS CONSTRUÍDAS PELOS BARÕES DO CAFÉ EM CAMPINAS – SP	
Renata Baesso Pereira Ivone Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.5281910073	
CAPÍTULO 4	42
EXPERIMENTAÇÕES ARQUITETÔNICAS COMO PROCESSO PROJETUAL E DE APRENDIZAGEM	
Sasquia Hizuru Obata Carolina de Rezende Maciel Milton Vilhena Granado Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.5281910074	
CAPÍTULO 5	59
REPENSANDO O ESPAÇO CONSTRUÍDO DA EDIFICAÇÃO ESCOLAR COM AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.5281910075	
CAPÍTULO 6	71
CLASSE HOSPITALAR E BRINQUEDOTECA: PLANEJAMENTO NA INTERNAÇÃO PEDIÁTRICA	
Joceline Costa de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.5281910076	
CAPÍTULO 7	84
MÉTODO DE AVALIAÇÃO E ANÁLISE PARA REFORMAS EM UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAIS SEGUNDO PRIORIDADES DE EXECUÇÃO	
Carlos Eduardo Gomes Engelhardt Edison Luiz Leismann Ana Paula Vansan	
DOI 10.22533/at.ed.5281910077	

CAPÍTULO 8	96
EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE NOS AMBIENTES DE SAÚDE	
Eleonora Coelho Zioni	
DOI 10.22533/at.ed.5281910078	
CAPÍTULO 9	107
ARQUITETURA E SUSTENTABILIDADE: OS “SELOS VERDES”	
Mônica Santos Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.5281910079	
CAPÍTULO 10	119
UMA ANÁLISE DIACRÔNICA DO TECIDO URBANO: O ESTUDO DE CASO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO-SP	
Rafael Augusto Silva Ferreira Renata Baesso Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.52819100710	
CAPÍTULO 11	140
HETEROGENEIDADE DA FORMA DE UM SETOR URBANO NO DISTRITO DO TREMEMBÉ	
Adilson Costa Macedo Rodrigo Luz Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.52819100711	
CAPÍTULO 12	156
GOIÂNIA EM AGLOMERADOS: DESAJUSTES ENTRE O PLANEJADO E O CONCRETO	
Lídia Milhomem Pereira Ricardo Alexandrino Garcia Carlos Fernando Ferreira Lobo Paulo Eduardo Alves Borges da Silva Nayhara Freitas Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.52819100712	
CAPÍTULO 13	168
ENTRE CIDADE E CIDADANIAS: UMA REFLEXÃO SOBRE REFUGIADOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA ÓTICA TERRITORIAL	
Natália da Cunha Cidade Marize Bastos da Cunha João Guilherme Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52819100713	
CAPÍTULO 14	180
INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO: O TRATAMENTO DA QUESTÃO HABITACIONAL NAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS DA CIDADE DE SÃO PAULO/SP	
Aline de Lima Zuim Carolina Maria Pozzi de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.52819100714	

CAPÍTULO 15	196
TRABALHO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: EVOLUÇÃO NORMATIVA E DESAFIOS	
Maria Gabriela Bessa Ruth Jurberg	
DOI 10.22533/at.ed.52819100715	
CAPÍTULO 16	208
A CONSTRUÇÃO DA CIDADE PELAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE HABITAÇÃO: O CASO IZIDORA E A RESPOSTA DO PODER PÚBLICO	
Mariza Rios Renata Cristina Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.52819100716	
CAPÍTULO 17	226
A POBREZA INVISÍVEL	
Tales Lobosco	
DOI 10.22533/at.ed.52819100717	
SOBRE A ORGANIZADORA	240

ENTRE CIDADE E CIDADANIAS: UMA REFLEXÃO SOBRE REFUGIADOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA ÓTICA TERRITORIAL

Natália da Cunha Cidade

Universidade Federal do Rio de Janeiro -
PROURB
Rio de Janeiro, RJ

Marize Bastos da Cunha

Fundação Oswaldo Cruz – ENSP
Rio de Janeiro, RJ

João Guilherme Casagrande Martinelli

Lima Granja Xavier da Silva

Escola Nacional de Administração Pública –
ENAP
Brasília, DF

RESUMO: O artigo propõe-se a refletir acerca do tema dos refugiados urbanos sob a ótica territorial. Enfoca nos refugiados enquanto sujeitos afetados pelas disparidades já existentes no espaço urbano, usando o caso do Rio de Janeiro como objeto de estudo, e também enquanto produtores desse espaço. Para tal, parte-se de uma discussão acerca da naturalização de soluções espaciais de caráter temporal para tais populações, e como a relação que se constrói por essa via tem uma relação intrínseca com a própria dimensão espacial atribuída a grupos já excluídos no contexto sócio urbano em questão. Adentra também nas diretrizes para integração local de refugiados em contextos urbanos, e na necessidade de se trazer uma outra perspectiva que some a esta equação, com um olhar a partir da realidade

urbana na qual este tema se insere. Por fim, como possíveis caminhos metodológicos a apresentação de uma proposta de dois métodos de mapeamento, territorial e afetivo, de forma a contribuir para a abordagem do tema a partir do olhar sobre o território, apontando para a construção de vínculos de cidadania e direito à cidade, tendo o sujeito refugiado também como autor de seu processo.

PALAVRAS-CHAVE: refugiados urbanos, provisoriedade, segregação, mapeamento, direito a cidade.

BETWEEN CITY AND CITIZENS: A REFLECTION ON URBAN REFUGEES IN RIO DE JANEIRO FROM THE TERRITORIAL PERSPECTIVE

ABSTRACT: The article proposes to reflect on the subject of the urban refugees from the territorial perspective. It focuses on refugees as subjects affected by disparities already existing in urban space, using the case of Rio de Janeiro as the object of study, and also as producers of this space. To this end, we start from a discussion about the naturalization of temporal solutions of time for such populations, and how the relation that is constructed by this way has an intrinsic relation with the own spatial dimension attributed to groups already excluded in the socio-urban context in question.

It also addresses the guidelines for local integration of refugees in urban contexts, and the need to bring a different perspective to this equation, with a look at the urban reality in which this issue is embedded. Finally, as possible methodological paths, the presentation of a proposal of two mappings in construction, territorial and affective, in order to contribute to the approach of the theme from the look on the territory, pointing to the construction of bonds of citizenship and right to the city, with the refugee subject also as the author of his case.

KEYWORDS: urban refugees, temporariness, segregation, mapping, right to the city.

1 | INTRODUÇÃO

A reflexão aqui trazida relaciona-se a uma pesquisa¹, cujo objetivo é contribuir para o aprofundamento do tema dos refugiados urbanos no campo da arquitetura, do urbanismo e das políticas públicas, enfocando-os como sujeitos no espaço urbano, em escala global e local, na dinâmica político-territorial do Brasil e, em particular, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Pensamos que este enfoque é necessário para dar visibilidade a temática, considerando as experiências dos refugiados dentro de uma cidade onde as populações escolhem viver, e onde confiam e esperam poder construir uma vida digna.

A pesquisa enfoca a integração social de refugiados a partir da perspectiva territorial e os impactos das políticas públicas voltadas para esta questão em países de acolhimento, como é o caso do Brasil. É fundamental a produção de estudos sob a ótica espacial, perspectiva teórico-metodológica interdisciplinar incorporando o diálogo com atores diversos e seu conhecimento, como os próprios refugiados, de forma a ampliar o debate acadêmico, bem como as ações políticas e sociais. Para tanto, trabalhamos em dois caminhos:

- A produção de mapas de distribuição territorial dos refugiados e solicitantes de refúgio na Região metropolitana (RA) do Rio de Janeiro, a partir de levantamento e sistematização de dados dos formulários de solicitação de refúgio arquivados na Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ), organização não-governamental que trata de seu acolhimento em escala local.

- O mapeamento coletivo com os refugiados e solicitantes, ferramenta possível a ser adotada dentro de processos participativos nos estudos urbanos, que pensa o território a partir da experiência de quem o vive (PORTO, 2016) e contribui assim para a aprofundar a questão do direito à cidade (LEFÈVRE, 1968) e micropolíticas urbanas (GUIZZO, 2008).

Segundo a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), diferente dos campos de refugiados, até 2017 aproximadamente 58% dos

¹ Pesquisa de mestrado acadêmico de Natália da Cunha Cidade no PROURB/UFRJ, sob orientação da Prof^a Dra. Denise B. Pinheiro Machado, intitulada: "Refugiados urbanos: estudo sobre a distribuição territorial de refugiados no Rio de Janeiro e seu impacto no processo de integração local". Na época da elaboração deste manuscrito, a pesquisa estava em curso mas encontra-se já finalizada, tendo sido defendida em novembro de 2018

25.4 milhões de refugiados no mundo vivem em cidades (UNHCR, 2018), constituindo os chamados refugiados urbanos. Apesar de as áreas urbanas serem consideradas locais legítimos para essas pessoas reconstruírem suas vidas e gozarem de seus direitos, o ACNUR reconhece as dificuldades que podem surgir em situações onde um número significativo de refugiados fixa residência em tais áreas. (UNHCR, 2009)

O olhar sobre como a inserção urbana das pessoas refugiadas e os processos de transformação do espaço urbano ocorrem expande metodológica e substantivamente o campo do urbanismo por meio da interdisciplinaridade e levanta questões: quais são as consequências da falta de políticas de inserção urbana para os processos de integração de refugiados? Quais são as dinâmicas e estratégias encontradas por eles para lidar com um novo contexto urbano? Quais são as contribuições, trocas e construções sociais, culturais e espaciais feitas a partir do encontro de sujeitos e territórios?

2 | CONSTRUÇÃO SOCIAL ENTRE REFUGIADO E ESPAÇO:

Hannah Arendt aponta em relação aos refugiados e refugiadas que, “[...]uma vez fora do país de origem, permanecem sem lar; quando deixam seus Estados, tornam-se apátridas; quando perdem os seus direitos humanos, perdem todos os direitos: são o refúgio da terra” (ARENDR, 1989, p.300). Ou seja, nestes casos, perde-se o direito a ter direitos, como a própria autora indica. Para além de um reconhecimento jurídico dentro dos aparatos protetivos legais de uma determinada nação, o que se torna substancial é a origem desta condição que impacta diretamente os laços de pertencimento e, conseqüentemente, cidadania. Nesse sentido, a autora indica ainda: “A primeira perda que sofreram essas pessoas privadas de direito não foi a da proteção legal, mas a perda dos seus lares, o que significava a perda de toda a textura social na qual haviam nascido e na qual haviam criado para si um lugar peculiar no mundo”. (ARENDR, 1989, p.326)

A lógica de construção do refugiado como sujeito no espaço urbano parte de uma perspectiva global em diálogo com os princípios de proteção internacional. Essa lógica é essencial para compreender como significados presentes no surgimento de uma problemática mantêm-se arraigado a ela. O refúgio do ponto de vista temporal está no cerne, no nascimento desta questão como construção social no cenário global, e sua extensão à outras dimensões acaba por carregar também esse significado.

Em uma perspectiva espacial, a solução encontrada para lidar com a grande massa de pessoas vítimas de deslocamento forçado, em um contexto onde os Estados nacionais reforçam sua soberania, aprimorando as restrições de entrada em seus territórios, foi a estipulação de ‘cidades parênteses’ para alocar essas populações.

Esse contexto internacional impõe uma lógica de espaço específico para um grupo específico, dentro de uma compreensão geral de que as condições criadoras e

mantenedoras do refúgio são provisórias, enquanto a estabilidade seria regra universal. No entanto, ao longo dos últimos anos o que se pode constatar na dinâmica dos campos de refugiados é um caráter de permanente transitoriedade (ROLNIK, 2015, p.174). Nos *campes-villes*, definidos por Michel Agier, os “indivíduos alocados nesses espaços, lá estão unicamente por terem reconhecido o status de vítimas” (AGIER, 2002, p.322). Ou seja, a partir de um reconhecimento desvinculado de pertencimento, em que se sobressai unicamente a posição de vítimas, se produz uma grande problemática no viés da identidade de cada indivíduo lá presente. O desejo individual de pertencer a uma comunidade, onde haja vitalidade e sociabilidade urbana, permanece, ao passo que do ponto de vista administrativo, a compreensão de conformação espacial passa por outra lógica, globalizante e técnica.

A partir desse histórico é possível perceber como a associação feita de refugiados a campos de refugiados está enormemente ligada à uma abordagem do tema de forma geral sob uma perspectiva de provisoriedade, que se estende à lógica espacial que será construída nesta relação.

3 | PLANO DE AÇÃO BRASIL E UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO LOCAL

O ACNUR aponta dois como os principais objetivos de sua política para refugiados em áreas urbanas: garantir que as cidades sejam reconhecidas como locais legítimos para os refugiados residirem e gozarem dos direitos que lhes são assegurados, e maximizar os espaços de proteção disponíveis para os refugiados urbanos e as organizações humanitárias que os deem suporte. (UNHCR, 2009). Aqui, é importante observar que as medidas protetivas vão para além dos mecanismos jurídicos, estendendo-se ao espaço de acolhimento. O espaço de proteção não é estático, ele é intrinsecamente relacionado à dinâmicas socioculturais, políticas e econômicas que dão origem à uma determinada estrutura urbana, na qual o refugiado se insere diretamente. No caso do Brasil, essa complexa tessitura, carrega enormes disparidades, muitas vezes já naturalizadas por quem vive a dinâmica de uma cidade desigual.

No Brasil foram registrados 10.145 refugiados com status reconhecido até 2016 (SNJ, 2018), em um total de 82 nacionalidades, havendo um aumento de quase 260% no número de reconhecimentos em seis anos – em 2010 o número era de 3.904 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro. Em relação às solicitações de refúgio, o aumento é ainda mais expressivo: em 2010, o número de solicitações chegou a 966, enquanto em 2015 chegou a 28.670 e recentemente, com o fluxo de venezuelanos chegou a 86.007. Apesar de o contingente de refugiados no Brasil representar apenas 0,04% da população brasileira, nos últimos 7 anos observa-se um crescimento de quase 3.000% no número de solicitações.

Em 2014, em reunião dos governos da América Latina e Caribe devido ao 30º

aniversário da Declaração de Cartagena sobre os refugiados, foi aprovada a Declaração e Plano de Ação do Brasil. Nele, todos os países envolvidos concordam em trabalhar juntos para manter os mais elevados padrões de proteção a nível internacional e regional, implementar soluções inovadoras para os refugiados e pessoas deslocadas, e acabar com a difícil situação enfrentada pelas pessoas apátridas na região. No contexto da presente discussão, é importante ressaltar o *Programa Integração local* como parte das *Soluções Integrais, Complementares e Sustentáveis*. O programa está baseado na necessidade de promoção de políticas públicas como fundamentais para a integração dos refugiados, e o papel central do Estado, alicerçado por autoridades locais a nível municipal, comunidades de acolhida dos próprios refugiados, do setor privado, da sociedade civil e da cooperação internacional. Este programa é um fortalecimento e atualização do *Programa Cidades Solidárias, do Plano de Ação México* (PAM) de 2004 (ACNUR, 2014).

Dos sete eixos de ação do programa, destacamos aqueles que contribuem para nossa reflexão: 1) impulsionar processos inclusivos para a formulação de políticas públicas correspondentes à adequação da normativa interna para a integração dos refugiados; 2) fortalecer a coordenação das instituições governamentais e não governamentais relevantes para facilitar, dentro dos marcos jurídicos vigentes, o acesso efetivo das pessoas refugiadas a “serviços públicos solidários”, como saúde, educação, habitação e emprego, e aprender com as boas práticas sobre o acesso aos direitos que têm em países da região; 3) formular políticas e programas a nível local para promover a integração intercultural das pessoas refugiadas e as comunidades de acolhida, que reflitam a contribuição dos refugiados ao desenvolvimento comunitário.

A abordagem do refúgio vem se tornando a cada dia mais estrutural e estruturante nas dinâmicas urbanas de diversas cidades. Consequentemente, novas cidades, culturas e modos de vida, também estruturantes para a vida de milhões de refugiados. Para as *soluções duradouras* (ACNUR, 2014), é essencial termos diretrizes em escala macro que estejam em consonância com o Direito Internacional dos Refugiados e com todos os estudos, planos e tantos materiais de enorme relevância produzidos acerca da temática. A presente proposta é que soluções duradouras mais efetivas se construam a partir deste encontro, desta relação, entre o macro e o micro, entre o global e local.

Sob a ótica dos processos de transformações no tecido urbano, quais são as consequências da falta de preparo para lidar com a inserção urbana e integração das pessoas que buscam aqui se assentar, quanto à contribuição que deixam e as trocas que promovem nas cidades?

4 | PERMANENTE TRANSITORIEDADE NO BRASIL

A metrópole recebe um altíssimo contingente populacional em situação miserável,

e o sistema econômico vigente fortalece esse fluxo, já que invariavelmente haverá trabalho nas cidades – usualmente informal – e com ele, a moradia informal, em que os refugiados também se encontram. Mesmo com suporte legislativo, eles se inserem, como atores também, em realidades espaciais segregadas, consequentes dos próprios processos urbanos locais.

Diferentemente de se organizarem em *guetos*, conformando novas lógicas de organização e tessituras sócio espaciais, o que implica tanto o isolamento sócio-moral de uma categoria estigmatizada quanto o truncamento sistemático do espaço e das oportunidades de vida de seus integrantes (Wacquant, 2004, p.155), os refugiados que se estabelecem em cidades do Brasil e no caso da pesquisa, na RA do Rio de Janeiro, em muitos casos, estabelecem-se em áreas de moradia informal ou regiões com pouca atuação e atenção da administração pública, como as favelas..

As noções de *gueto* e *favela*, guardam similaridades na literatura: representam espaços de segregação e exclusão social de determinados grupos, possuem como importante indicador de problemas sociais, os níveis visíveis de pobreza, estarem em áreas consideradas perigosas ou marginalizadas, bem como serem apontadas como foco de crescente marginalidade e de crime. Porém, conforme apontado por Wacquant, há uma diferença expressiva: o gueto é um espaço de segregação que, dá origem e se origina a partir da raiz de um instrumento bifacetado de confinamento e controle etno-racial. Conformando-se principalmente a partir da exclusão de um - ou diversos grupos – por sua etnia (COSTA, 2013), o que pressupõe uma estigmatização de grupos dentro do urbano.

Os dados da pesquisa mostram que, para além da exclusão por etnia enquanto definidora, no caso da R.A. do Rio de Janeiro, essa diferença está calcada em uma rede de suporte para fazer frente a uma experiência precarizada e estigmatizada de viver urbano, mais do que somente a conformação de uma configuração territorial.

A partir desta relação de inserção espacial, é reforçado o paralelo entre os moradores de favela e os refugiados, onde apresentam “ambos os universos como inscritos em ‘territórios de margem’, marcados por práticas, sujeitos e espaços que são frequentemente considerados como estando nas margens do Estado” (VIANNA; FACUNDO, 2015, p.46). O tratamento desses grupos por parte do Estado, principalmente no que diz respeito ao acesso às políticas públicas às quais, em teoria, têm direitos, é um reflexo e, consequentemente, uma condicionante direta, da leitura que a maior parte da sociedade tem sobre eles.

A leitura social sob a ótica da ocupação territorial dos grupos levantados, oferece campo sólido para constatar o que as autoras sugerem como “processos de categorização espacial-moral que constroem simultaneamente corpos e territórios”. Seguindo por este caminho, temos processos nos quais sujeitos existem porque pensados e produzidos em relação a um espaço. No caso dos moradores de favela, esses processos, a ausência do Estado, a negação da cidade e falta de acesso aos seus direitos já foram naturalizados pela maior parte da população. No caso dos refugiados,

por sua condição e seus direitos por lei serem desconhecidos pela maior parte da população, e por eles mesmos não terem clara a lógica de segregação e privação de direitos que determinados grupos têm nesse território, o mesmo vem acontecendo. Assim, os refugiados já se inserem nas relações de segregação, privação de direitos e falta de acesso à cidade que são altamente potencializadas – e potencializadoras – pela relação sujeito x território.

A noção da construção de uma *situação de permanente transitoriedade* constituída pelas “zonas de indeterminação entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado presença/ausência do estado” (ROLNIK, 2015) ilumina também o engendramento sintomático desta temática, do refúgio, no território – a permanente transitoriedade. Essas zonas de indeterminação são o que leva à constante invisibilização de determinadas questões que estão diretamente atreladas às populações em situação de alteridade em relação às classes hegemônicas e que, conseqüentemente, constroem territórios físicos e existenciais vulneráveis, já que, infelizmente, é preciso uma boa expressividade enquanto grupo social para que o Estado ofereça aparatos que deem suporte a uma vida urbana de qualidade.

5 | MAPEAMENTO TERRITORIAL: VISIBILIZANDO A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS REFUGIADOS NO RIO DE JANEIRO

A partir da construção teórica desenvolvida e da observação empírica de relatos de refugiados reconhecidos e solicitantes, bem como da experiência de profissionais que trabalham neste campo, surgem questões centrais para esta pesquisa: Como dar visibilidade ao refugiado perante as políticas públicas intersetoriais? Como abrir espaço à expressão dos refugiados enquanto sujeitos, a partir do seu reconhecimento enquanto grupo dentro de um determinado contexto urbano? Como dar suporte para que a sociedade civil se aproprie do tema e tome conhecimento de causa, e assim contribuir para que o acesso à cidade e os direitos se harmonizem em direção e velocidade?

Esta etapa está em construção a partir da seguinte questão: de que maneira se dá a inserção territorial dos refugiados ao chegarem na cidade do Rio de Janeiro? Quem é esse novo sujeito no espaço urbano, como ele o reconfigura e é reconfigurado nessa relação? Ela traz uma hipótese, a de que há uma relação entre a origem social, abrangendo a dimensão étnico-racial dos refugiados e sua distribuição no espaço urbano.

A proposta de mapeamento territorial nesta pesquisa está centrada em localizar qual é a primeira alternativa de moradia dos refugiados e solicitantes no contexto espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O produto final deste processo investigativo de campo, por ser a ênfase desta pesquisa a questão territorial e estratégias de inserção urbana, são mapas de distribuição territorial dos solicitantes

de refúgio e refugiados reconhecidos, no Grande Rio.

O caminho metodológico se inicia no processo de produção de um banco de dados a partir do levantamento dos formulários de solicitação de refúgio elaborados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e aplicado aos solicitantes que buscam dar entrada na solicitação pela Cáritas RJ. A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, realiza um trabalho constante de acolhimento municipal e estadual aos refugiados, já que não temos políticas públicas atuantes nessa escala, em dois eixos - suporte jurídico e assistência social.

A proposta de mapeamento tem como referencial os estudos da Escola de Sociologia de Chicago, precursora nos estudos dos centros urbanos a partir da década de 1920 em uma perspectiva teórico-etnográfica. A conjuntura de efervescência migratória no começo do século abriu margem para inúmeros estudos sobre a relação com o outro, os estranhos, estrangeiros, os processos de 'guetificação' e segregação sócio espacial (PARK, 1916, p.32).

Busca-se aqui cruzar dois recortes: o primeiro, social, referente aos solicitantes de refúgio e refugiados que dão entrada na solicitação de refúgio pelo município do Rio de Janeiro, através da Cáritas RJ. O segundo recorte, territorial, é na Região Metropolitana do Rio de Janeiro que conta com um total de 21 municípios.

A escolha pelo recorte territorial foi feita em função da primeira opção de moradia que o público em questão tem ao chegar no município do Rio de Janeiro. Uma investigação de campo preliminar com um grupo de refugiados indicou que, devido à falta de assistência do Estado em relação à moradia, os refugiados e solicitantes encontram, de forma geral, como primeira opção de estabelecimento o suporte da própria comunidade e grupo social. Foi possível constatar que devido a especificidades relacionadas ao país de origem, raça e situação financeira, a hipótese que se levanta aqui é que esses fatores têm uma repercussão direta no local onde essas pessoas vão se alocar. Os dados da ficha considerados relevantes traçam o panorama comparativo das especificidades dos grupos de refugiados com a localização territorial na metrópole.

Os mapas constituem um ponto de ancoragem deste debate no território brasileiro, sendo produzidos a partir de uma perspectiva local. Esta proposta surge como uma resposta às diretrizes das políticas de integração local, que ainda são muito abrangentes e, acima de tudo, desterritorializadas – por serem feitas dentro de um debate que trata do tema de forma global, e não local, conforme levantado acima.

Desse modo, propõe-se aqui não necessariamente uma inversão de abordagem, mas sim uma perspectiva a partir do olhar sobre o território e o que ele é capaz de oferecer, como se organiza e quais estratégias incita. Desse modo, acredita-se ser possível construir uma relação dialógica entre o que se propõe e o que é possível, entre direitos e acesso. Uma leitura cuidadosa do território e de seus atores traz a possibilidade de pensar estratégias e formulações de articulações institucionais e o fomento de políticas públicas, e de demais instituições, de forma mais estratégica. Abre-se a possibilidade de olhar tanto de forma abrangente quanto mais pontual, com

uma clareza de onde estão as questões e quais são suas especificidades, além de uma base de estudos e análises pra produções acadêmicas que sigam pelo debate nesta temática.

6 | MAPEAMENTO AFETIVO: NARRATIVAS, DIÁLOGOS E A EXPERIÊNCIA DOS REFUGIADOS NA CIDADE

Para além dos mapas como resposta de leitura territorial aos Planos e diretrizes citados, é indispensável que se construam em paralelo, caminhos de ação micropolítica, não somente na escala de relação dos sujeitos com a cidade analisados através de ferramentas cartográficas tradicionais, mas também de sua experiência – que tradicionalmente não é relatada por essas ferramentas. A fim de complementar os mapas levantados a partir de dados coletados nos formulários de solicitação de refúgio – isto é, dentro da lógica de compreensão do refugiado enquanto indivíduo pelos aparatos jurídicos brasileiros – é proposta também a elaboração de um mapeamento coletivo feitos pelos refugiados e solicitantes. Essa abordagem traz mais ferramentas de leituras dos sujeitos envolvidos, e das múltiplas possibilidades de experiências no território e como elas podem ser incorporadas de forma potente, articuladas entre si e como articuladoras de linguagens com outros campos disciplinares.

O mapeamento coletivo é um processo de criação que subverte o lugar de enunciação para desafiar os relatos dominantes sobre os territórios, a partir dos saberes e experiências cotidianas dos participantes (RISLER; ARES, 2013). Parte-se da relação direito à cidade (LEFÈBVRE, 2001) x acesso à cidade, considerando que, a despeito de certos direitos serem garantidos por lei, uma relação urbana desigual, a falta de acesso a serviços e o desconhecimento por parte da sociedade civil levam ao não-acesso à cidade. Relacionando o direito à cidade com o direito a ter direitos (ARENDR, 1989), encadeia-se a força enorme em termos de uma problemática político-social do mundo globalizado, neoliberal, apresentada por Arendt e uma diretriz a partir da abordagem político-espacial, introduzida por Lefèbvre. Destacamos que esse espaço não é produzido somente por forças políticas externas, por *macropolíticas*. Ele é vivido, interpretado e produzido por indivíduos, que carregam *micropolíticas* e que se estendem pelos territórios (GUIZZO, 2008).

Ainda segundo Guizzo, a micropolítica urbana traz a possibilidade de ver as práticas urbanas através das forças que as povoam, e que impactam diretamente nas ações e práticas que se operarão no espaço. Nesse sentido, propõe-se a construção de *novas démarches* (LEFÈBVRE, 2001, p.107), desenvolvidas a partir de micropolíticas, partes de um todo que em diálogo, conscientes e em consonância com suas forças, oferecem terreno fértil para que outros tipos de relações se construam.

Repensemos a noção de mapa a partir da colocação de Harvey : “O mapa é, com efeito, uma homogeneização e reificação da rica diversidade de itinerários e

histórias espaciais; ele ‘elimina pouco a pouco’ todos os vestígios das práticas que o produzem” (HARVEY, 1992, p.230). Sendo os mapas constituídos como ferramentas de organização e síntese para controle territorial, bem como a expressão de uma visão hegemônica acerca do território, como repensar esta ferramenta, a fim de que seja uma expressão da voz, desejos e questões de diversas ordens que emergem da relação dos refugiados e solicitantes, na (e com) a cidade? Por esta via, a população deixa de ser analisada e elemento analisador de sua própria realidade, e os mapas tornam-se um potente recurso de expressão disso para a sociedade civil, poder público e instituições.

As oficinas de mapeamento afetivo objetivam levantar as questões e demandas que emergem da relação territorial dos refugiados e solicitantes de refúgio que vivem na região metropolitana do Rio de Janeiro, a fim de suscitar a experiência de vivência urbana cotidiana que fica omissa nos documentos levantados. A construção de novos relatos e narrativas territoriais requerem ferramentas que promovam a participação e que encorajem a reflexão a partir de narrativas dialógicas (RISLER e ARES, 2013; PORTO et al, 2016). Nesse sentido, o desenho e a ativação de um arsenal de recursos visuais (iconografias, dispositivos gráficos e cartográficos) instauram uma plataforma de trabalho que incentiva a memorização, a troca e a sinalização das temáticas. Dispositivos que potencializam a construção colaborativa e dinamizam o processo incorporando uma dimensão estética e simbólica, acrescentando a este universo de análise, uma via de expressão da realidade.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos para as condicionantes da inserção de pessoas em situação de refúgio nos territórios onde se estabelecem, nota-se um conflito nas forças operantes desta dinâmica. A lógica de soluções espaciais para pessoas nesta condição; o contexto urbano de cada cidade e, mais especificamente no Rio de Janeiro como estudo de caso, a relação de segregação sócio territorial latente; e as diretrizes políticas sobre como operar para que se tenha uma integração local adequada para tais populações. É fundamental olharmos para estas conjunturas que se sobrepõem e tem a cidade, suas dinâmicas e lógicas, os cidadãos e cidadãs não como pano de fundo, mas como elementos fundamentais movedores de tais forças e de suas contradições.

É necessário reconhecer a existência de um grupo no contexto urbano brasileiro, enxergá-los, saber quem são e o que trazem. A abertura para o reconhecimento do novo é um espelho; uma oportunidade para, a partir do contato com as alteridades, nos enxergarmos enquanto pessoas e enquanto sociedade; nos repensarmos, reconfigurarmos, aceitarmos a mudança que chega e assumi-la como um caminho para construir junto.

Nessa conjuntura, apresenta-se o olhar para a questão a partir do ângulo do

território, e o cruzamento possível de atores e saberes diversos essenciais a esta discussão. Trazendo como referência a discussão teórico-metodológica já iniciada por outros campos disciplinares presentes no debate e a experiência prática da Cáritas na assistência aos refugiados e solicitantes, buscamos construir uma discussão que comunique o tema ao campo do urbanismo. Dentro também desta pesquisa, entendemos como fundamental a produção dos mapas de distribuição territorial da população em questão no Grande Rio como ferramenta de suporte para a articulação da temática entre campos disciplinares, a fim de fortalecer sua comunicação, também dos atores envolvidos na questão, refugiados, Administração Pública, acadêmicos, organizações não-governamentais, organizações intergovernamentais, sociedade civil, etc. O processo de mapeamento coletivo se apresenta como ferramenta possível a ser adotada dentro de processos participativos no campo do urbanismo e das políticas públicas, na perspectiva de se pensar o território a partir da experiência de quem o vive.

Por fim, essas ferramentas e material produzido têm por objetivo trazer um olhar para questão central aqui levantada: o problema da invisibilização dos refugiados no território, sua dificuldade de expressividade social devido a isso e naturalização de sua inserção nas disparidades provenientes da segregação sócio territorial já existente no contexto brasileiro e, mais especificamente, do Rio de Janeiro. Este é um enorme desafio para formuladores e implementadores de políticas públicas dentro e fora do campo do urbanismo. Uma oportunidade para discutirmos e formularmos novas ferramentas que um diálogo saudável, potente e construtivo entre campos disciplinares e atores diversos, com esta que é uma das temáticas mais delicadas atualmente.

Fazemos um especial agradecimento à Cáritas RJ pela disponibilização de seus arquivos, de seu espaço físico e atenção dispensada por sua equipe para a realização do trabalho de campo essencial a esta pesquisa.

A primeira versão deste artigo foi publicada nos anais do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2018, Salvador.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Declaração e Plano de Ação Brasil**. Publicado em 2014. Disponível em <<http://www.acnur.org/cartagena30/pt-br/declaracao-e-plano-de-acao-do-brasil/>> Acesso 20 de jan 2018.

ACNUR. **Sistema de refúgio brasileiro: desafios e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/publicacoes>> Acesso 25 jul 2016.

ARENDR, Hannah. **O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem**. In: *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CIDADE, Natália C. **Refugiados urbanos: estudo sobre a distribuição territorial de refugiados no Rio de Janeiro e seu impacto no processo de integração local**. Dissertação (mestrado em urbanismo). Rio de Janeiro: Prourb – UFRJ, 2018.

CIDADE, Natália C.; CUNHA, M. B. **Refugiados urbanos no Rio de Janeiro: invisibilidade, permanente transitoriedade e caminhos metodológicos para a problematização do tema.** In: V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2018, Salvador. *Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios.* Salvador: EDUFBA, 2018. v. 5. p. 9798-9814.

COSTA, Fernando. **Gueto ou favela?** In: *Romanica Olomucensia* 37–45. 2013.

GUIZZO, Iazana. **Micropolíticas urbanas: uma aposta da cidade expressiva.** Dissertação (mestrado em psicologia). Niterói: ICHF – UFF, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

JUBILUT, Liliana Lyra. **Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro.** São Paulo: Método, 2007.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Trad. Rubens Eduardo Frias. 5ª Ed. São Paulo: Centauro, 2001 (1968).

PARK, Robert E. **The city: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment.** In: *The American Journal of Sociology*, volume XX, número 5. University of Chicago, 1915.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza et al. **Comunidades ampliadas de pesquisa ação como dispositivos para uma promoção emancipatória da saúde: bases conceituais e metodológicas.** *Ciênc. saúde coletiva*, jun 2016, vol.21, no.6, p.1747-1756., Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000601747&lng=pt&nrm=iso, acesso em 17/03/2019

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA (SNJ). **Refúgio em números.** Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view> Acesso: 20 nov 2018.

VIANNA, Adriana; FACUNDO, Ângela. **Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre “moradores de favelas” e “refugiados”.** *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 46-50. 2015. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200014&lng=en&nrm=iso Acessado 14 jan 2018.

UNHCR. **Global Trends: Forced Displacement in 2017.** Publicado em 2018. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/globaltrends2017/>> Acesso: 20 nov 2018.

UNHCR. **Policy on refugee protection and solutions in urban areas.** Publicado em 2009. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4ab356ab6.pdf>> Acesso 14 jan 2018.

WACQUANT, Loïc. **O que é gueto? Construindo um conceito sociológico.** *Revista de Sociologia e Política* 23, 155-164, 2004

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-452-8

